

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.595 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2002

## Proposta fixa novo limite de velocidade de motocicletas

PÁGINA 7

## Franquias dos Correios terão contratos prorrogados

Validade dos contratos pode ser estendida até 2007, conforme projeto da Câmara aprovado ontem pelo Senado.

PÁGINA 2

## Comissão apresenta projeto para o São Francisco

PÁGINA 4



Célio Azevedo

A Comissão de Justiça aprovou, além da repressão ao trabalho escravo, normas mais rígidas para os concursos públicos

# CCJ facilita a punição para trabalho escravo

Por especificar situações em que trabalhadores são submetidos a condição semelhante à de escravos, projeto aprovado pela comissão torna mais fácil a caracterização do crime

A Justiça, o Ministério Público, a polícia e a fiscalização do Ministério do Trabalho poderão contar com instrumentos para combater um problema enfrentado atualmente por 25 mil pessoas no país, segundo estimativa da Comissão Pastoral da Terra: o trabalho escravo. Proposta do senador Waldeck

Ornêlas aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania especifica situações em que os trabalhadores são submetidos a regime escravo de trabalho. A intenção é evitar que a repressão a esse crime esbarre em dificuldades de enquadramento dos acusados no Código Penal.

PÁGINA 7



José Cruz

## Orçamento deve ser votado ainda este ano, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que o Congresso Nacional deve votar este ano o projeto de Orçamento da União para 2003,

mesmo que seja necessário um esforço concentrado. A matéria seria submetida ao Plenário do Congresso até o dia 15 de dezembro.

PÁGINAS 3 E 4

## Everardo e Cechin depõem hoje sobre previsão de receitas

PÁGINA 3

Congresso aprovou a liberação de crédito suplementar destinado ao Legislativo, Executivo e Judiciário

# Franquia dos Correios pode ser prorrogada

Projeto de lei da Câmara, aprovado pelo Plenário, estabelece que contratos firmados entre a Empresa de Correios e Telégrafos e agências franqueadas terão validade pelo menos até 2007. Matéria segue agora para sanção presidencial

Os contratos firmados entre a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e agências franqueadas poderão ser prorrogados por cinco anos, tendo validade até 2007. É o que dispõe projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado e que segue agora para a sanção presidencial.

O relator do projeto, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou razões sociais e econômicas para justificar a aprovação da matéria.

— A ECT tem nas agências grande suporte de execução eficiente de serviços de forma descentralizada, geradoras, aliás, de excelentes receitas operacionais, além do interesse social de mais de 30 mil empregos diretos e de 20 mil empregos indiretos — afirmou.

Também ontem o Senado aprovou atos autorizando o funcionamento de rádios comunitárias em Pardinho (SP), Castelo (PI), Piquet Carneiro (CE) e Irapuan Pinheiro (CE).

O projeto, que pela manhã foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece que a ECT deve encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias a partir da publicação da nova lei, a relação das agências franqueadas que ti-

verem seus contratos prorrogados.

Em parecer favorável à proposta, o senador José Jorge apontou o interesse social da iniciativa, uma vez que a abertura de agências franqueadas permitiu a geração de 30 mil empregos diretos e 20 mil indiretos. Por isso, considerou “mais do que razoável” a aprovação do projeto.

Durante o exame da matéria na CCJ, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou importante a prorrogação dos contratos por causa dos investimentos que têm sido feitos pelos franqueados. O senador Osmar Dias (PDT-PR) apoiou a proposta por sua “importância social”, e o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) observou que as agências franqueadas vêm prestando “relevantes serviços à nação”. O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), agradeceu a José Jorge pela rapidez com que apresentou o parecer e pela qualidade do texto produzido.

## CARGAS

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto de lei da Câmara que regulamenta a responsabilidade sobre o transporte de cargas. De acordo com a proposta — cujo parecer, elaborado por

Ademir Andrade (PSB-PA), foi lido pelo relator *ad hoc*, Ricardo Santos —, o transportador é responsável pela execução dos serviços de transporte e pelos prejuízos resultantes de estragos às cargas, bem como por problemas decorrentes de atraso na entrega.

No caso de perdas e danos, a responsabilidade limita-se ao valor declarado pelo expedidor, acrescido do frete e do seguro correspondentes. No caso de prejuízo por atraso na entrega, a responsabilidade do transportador equivalerá ao valor do frete, a não ser que o contrato estipule outra quantia.

O projeto estabelece ainda que a atividade do transportador e as relações decorrentes do contrato de trabalho rodoviário de cargas são de natureza comercial e não implicam vínculo de emprego. De acordo com o parecer lido por Ricardo Santos, esse dispositivo evitará o acionamento da Justiça Trabalhista para resolver conflitos dessa natureza.

Tuma — que preside a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga roubos de carga — considerou “importantíssimo” dar-se início à discussão sobre o transporte de cargas rodoviárias no país.

## Maguito defende renovação de dirigentes desportivos

Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu ontem o apoio dos senadores para a aprovação da proposta de emenda constitucional, de sua autoria, que veda a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. Maguito disse que a alternância de poder é saudável e fundamental para a oxigenação das entidades.

A proposta, que está pronta para votação em Plenário e recebeu parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PDT-PR), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estabelece ainda a inelegibilidade de cônjuges e parentes até o segundo grau do dirigente eleito para o mandato imediatamente posterior.

De acordo com o senador, é necessário “pôr fim às verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção das entidades desportivas, com resultados não raro nefastos para o desporto brasileiro”.

Apesar de reconhecer o mérito do preceito constitucional que



Roosevelt Pinheiro

Estado deve normatizar valores sociais em função do interesse dos cidadãos, diz Maguito

confere autonomia de organização às entidades, o senador afirmou que tal princípio vem sendo usado, muitas vezes, como pretexto para “uma verdadeira apropriação dessas entidades”. O parlamentar destacou o papel do Estado no sentido de normatizar valores sociais para que a sociedade funcione em benefício dos cidadãos.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente Ramez Tebet

10h30 — Recebe o governador e o prefeito de Arezzo, Itália, e comitiva  
11h — Preside sessão deliberativa ordinária  
11h30 — Recebe Geraldo Alckmin, governador de São Paulo

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias.

### ESPECIAL

9h — Seminário “Atividades de Inteligência no Brasil”. Auditório Nereu Ramos — Câmara dos Deputados

9h30 — Reunião do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização com ministro da Previdência, José Cechin, e secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Biblioteca do Senado.

## Senado votará logo MPs que vêm da Câmara

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que trabalhar muito será a estratégia para lidar com as 12 medidas provisórias (MPs) aprovadas na terça-feira pela Câmara dos Deputados e que agora estão a caminho do Senado. Dessas MPs, cinco já chegam truncando a pauta.

— Queremos desobstruir logo. Chegou aqui, vamos dar andamento o mais rápido possível — ressaltou o senador.

Tebet informou que os trabalhos deverão correr normalmente, de acordo com o Regimento Interno da Casa, mas com prioridade para a votação das MPs.

O presidente do Senado voltou a afirmar que o Orçamento Geral da União para 2003 será votado até 15 de dezembro. Tebet disse que os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento estão trabalhando para isso.

Ele lembrou que pela manhã o

Congresso votou créditos suplementares importantes para agilizar a administração pública, garantindo recursos, por exemplo, para o setor de transportes.

Tebet afirmou que muito trabalho será a estratégia para agilizar tramitação



Geraldo Magela

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Comissões já definiram emendas ao Orçamento

As propostas, aprovadas ontem, priorizam áreas como saneamento básico, habitação popular e modernização da Justiça. São R\$ 5,75 bilhões, que precisam ainda ser votados pela Comissão de Orçamento e Plenário do Congresso

As sete comissões permanentes do Senado definiram ontem as emendas que serão apresentadas ao Orçamento da União para 2003. Ao todo foram aprovadas 35 emendas, envolvendo R\$ 5,75 bilhões. Para facilitar a votação das propostas, as comissões decidiram priorizar áreas como saneamento básico, habi-

tação popular e modernização da Justiça, entre outras. Cada comissão tem direito de apresentar até cinco emendas. Elas ainda precisam ser votadas pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Plenário do Congresso.

O setor que recebeu mais recursos na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi a habitação,

R\$ 1 bilhão, destinado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para construção de casas populares. O segundo setor com maior volume de recursos foi a saúde. A CAS destinou R\$ 300 milhões ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). O valor total das emendas aprovadas é de R\$ 1,7 bilhão.

Já a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emendas num total de R\$ 763 milhões. O parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR) concedeu prioridade à segurança pública, gestão do processo eleitoral, modernização da Justiça Federal e conclusão das obras dos Tribunais Regionais do Trabalho. O maior valor aprovado pela CCJ, cerca de R\$ 200 milhões, destina-se à conclusão de tribunais trabalhistas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) definiu como áreas prioritárias a agricultura, recursos hídricos, turismo, infra-estrutura e combate à pobreza. Suas emendas vão mobilizar R\$ 780 milhões. A estratégia traçada pelos senadores presentes consistiu em juntar os projetos com alcance mais abrangente, de modo a garantir o maior volume possível de recursos para setores considerados prioritários.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou recursos no valor de R\$ 802,7 milhões para o Ministério

da Defesa e os comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

As emendas acolhidas pela Comissão de Educação (CE) garantem R\$ 1,14 bilhão para setores como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional (R\$ 340 milhões), hospitais universitários federais (R\$ 250 milhões) e projetos de apoio aos municípios carentes no atendimento à educação infantil (R\$ 250 milhões).

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) quer R\$ 115,8 milhões para o fortalecimento da estrutura de fiscalização e comunicação do Tribunal de Contas da União (TCU), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Ministério Público.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deu preferência à implantação do Centro Regional de Pesquisas Espaciais do Rio Grande do Sul, programa de saneamento ambiental e construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins. As propostas da CI totalizam R\$ 453,78 milhões.

Emendas aprovadas pelas comissões		
Comissão	Valor (R\$)	Áreas beneficiadas
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	1,7 bilhão	Secretaria de Desenvolvimento Urbano – R\$ 1 bilhão Fundação Nacional de Saúde (FNS) – R\$ 300 milhões Saneamento, proteção de mananciais e defesa do meio ambiente – R\$ 200 milhões Rede Sarah de Hospitais – R\$ 120 milhões Fundação Nacional de Assistência Social (FNAS) – R\$ 80 milhões
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	763 milhões	Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho (TST) – R\$ 200 milhões Fundo Penitenciário Nacional – R\$ 180 milhões Combate à violência nas cidades brasileiras – R\$ 120 milhões Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – R\$ 163 milhões Justiça Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – R\$ 100 milhões
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	780 milhões	Recursos hídricos e combate à seca – R\$ 200 milhões Produção agropecuária e estímulo à agroindústria – R\$ 20 milhões Promoção e infra-estrutura do turismo – R\$ 160 milhões Desenvolvimento de projetos de infra-estrutura econômica e social – R\$ 300 milhões Ações de geração de renda para populações carentes – R\$ 100 milhões
Comissão de Fiscalização e Controle (CFC)	115,8 milhões	Tribunal de Contas da União (TCU) – R\$ 24 milhões Superior Tribunal de Justiça (STJ) – R\$ 49,8 milhões Ministério Público – R\$ 13 milhões Atividades de fiscalização das terras indígenas – R\$ 29 milhões
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	802,7 milhões	Comando da Marinha – R\$ 391 milhões Comando do Exército – R\$ 223,5 milhões Comando da Aeronáutica – R\$ 130 milhões Programa Calha Norte – R\$ 50 milhões Sistema de Comunicações Militares Via Satélite – R\$ 8,2 milhões
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI)	453,78 milhões	Implantação do Centro Regional de Pesquisas Espaciais do Rio Grande do Sul Programas de saneamento ambiental Construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins Hidroviárias na Região Nordeste Infra-estrutura urbana em municípios
Comissão de Educação (CE)	1,14 bilhão	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional – R\$ 340 milhões Hospitais ligados às universidades federais – R\$ 250 milhões Programas de apoio aos municípios carentes no atendimento à educação infantil – R\$ 250 milhões Fomento às indústrias cinematográfica e videofonográfica – R\$ 40 milhões Implantação de centros de excelência e infra-estrutura esportiva em comunidades carentes – R\$ 260 milhões

Fonte: Comissões do Senado Federal

## Comitê de Receitas ouve hoje Everardo Maciel e José Cechin

O Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento ouvirá hoje pela manhã o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin. O comitê examina a possibilidade de reestimar as receitas tributárias previstas no Orçamento 2003, de modo a assegurar recursos que garantam o aumento do salário mínimo, financiamento de projetos sociais do novo governo e emendas dos parlamentares.

Ontem o comitê tomou conhecimento de projeções dos técnicos das consultorias de orçamento do Congresso sobre aumento da arrecadação em 2003 devido à inflação deste segundo semestre. O Executivo trabalhou na proposta orçamentária com previsão de IGP-DI de 7,63% entre janeiro e setembro. Mas o índice acabou ficando em 11,6% nos primeiros nove meses do ano.

– Vamos estudar com muito cuidado, pois um aumento da inflação gera crescimento de receitas, mas também aumento de gastos – observou o deputado Jorge Bittar (RJ), líder do PT na Comis-



Sérgio Machado quer saber se arrecadação aumentará se houver maior combate à sonegação

são de Orçamento.

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), também integrante do Comitê de Receitas, diz que os parlamentares querem ouvir do ministro da Previdência, José Cechin, quanto o governo poderá receber a mais no próximo ano se houver combate severo à sonegação previdenciária. Do secretário da Receita, Everardo Maciel, o Comitê de Receitas quer saber as possibilidades de se aumentar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos cigarros e bebidas alcoólicas sem que aumente a sonegação.

# Orçamento deve ser votado este ano, diz Tebet

Presidente do Senado informou que poderá haver até mesmo esforço concentrado para que a proposta seja analisada pelo Congresso, que ontem acolheu vários projetos referentes a créditos suplementares para Legislativo, Executivo e Judiciário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem, logo após encerrar a sessão do Congresso Nacional destinada à análise de créditos adicionais, que o Orçamento da União para 2003 deverá ser votado ainda este ano, se necessário com a realização de esforço concentrado.

— O presidente da Comissão de Orçamento (deputado José Carlos Aleluia) acaba de me informar que há condições de votar a matéria até 15 de dezembro, e se depender de esforço concentrado, nós vamos fazer.

Tebet também informou que vai consultar as lideranças partidárias a respeito da solicitação do PT, por meio do senador Tião Viana (AC), para que seja adiada a votação da reforma do Judiciário.

— A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e está pronta para ir a Plenário. É matéria de muita importância e naturalmente não poderá ser votada a toque de caixa, mas o adiamento só posso fazer depois de consultar as lideranças da Casa — afirmou.

## CRÉDITOS

O Congresso Nacional aprovou



Plenário do Congresso autorizou a execução de dotações orçamentárias para obras de infra-estrutura em várias regiões do país

ontem, a título de reforço de dotações orçamentárias já consignadas na Lei Orçamentária de 2002, projeto de decreto legislativo que autoriza a liberação de crédito suplementar para o Legislativo, Executivo e Judiciário, no valor total de R\$ 3,2 bilhões. Os recursos destinam-se principalmente ao pagamento de salários.

Também foram acolhidos quatro projetos de lei do Congresso Nacional destinando créditos su-

plementares, no total de R\$ 118,3 milhões, aos Ministérios da Justiça (R\$ 2,080 milhões), da Previdência e Assistência Social (R\$ 467 mil), da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 110,187 milhões) e dos Transportes (R\$ 5,6 milhões).

## OBRAS

Outros 12 projetos de decreto legislativo do Congresso aprova-

dos autorizam a execução de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento de Investimentos da União para 2002. Os recursos destinam-se às seguintes obras: Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (GO); Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia (GO); construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, BR-226 (MA); linha de transmissão da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga; obras de infra-estrutura hídrica e construção da Adutora do Oeste (PE); recuperação do Porto de Laguna (SC); construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte, BR-432 (RR); projeto Várzea de Sousa (PB); sistema de transmissão em Mato Grosso; projeto Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores (AL); recuperação do Porto de Santos (SP); e construção de contornos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, BR-060 (GO).

Também foram aprovados projetos que retiram vedações orçamentárias aos programas de construção de viadutos no Corredor Mercosul, BR-116 (RS) e no cruzamento da Rua Rincão em Novo Hamburgo, entre outras obras.



Para Jucá, projeto reduz gastos com escolta e deslocamento de presos

## Jucá propõe interrogatório de preso a distância

Projeto de lei apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) altera o Código de Processo Penal permitindo a realização de interrogatório a distância de réu preso, por meio de recursos digitais, com transmissão de som e imagens em tempo real. O projeto estabelece ainda que nas audiências de inquirição de testemunhas o juiz poderá utilizar meios de presença virtual do réu preso, desobrigando-o do deslocamento do local da custódia.

O interrogatório a distância, de acordo com o projeto, não poderá ser utilizado no processo dos crimes de competência do júri.

Na justificativa da matéria, Romero Jucá argumenta que o interrogatório a distância, que já conta com experiências pioneiras no país, mesmo sem previsão legal específica, atende aos anseios de diminuição dos gastos com deslocamentos de presos, trazendo, igualmente, vantagens para o serviço de segurança pública.

O senador ressaltou que, além de não oferecer prejuízos às garantias constitucionais, o método proposto é seguro, sendo o preso interrogado no estabelecimento penal onde se encontra, acompanhado de defensor e de oficial de Justiça.

Ainda de acordo com a justificativa da proposta, a medida pode gerar economia ao Estado, uma vez que o aparato policial concentrará suas atividades no policiamento ostensivo, minimizando grandes mobilizações com escolta de presos. Outros benefícios da implantação da lei é a diminuição dos riscos de fuga nos deslocamentos e a desburocratização das atividades da Justiça.

## Apresentado plano para recuperar Rio São Francisco

A recuperação dos barrancos das margens do Rio São Francisco e o replantio de suas matas ciliares localizadas no trecho entre as cidades baianas de Ibotirama e Pilão Arcado — cerca de 340 quilômetros — poderão ser implementados em um prazo de 24 meses a um custo total de R\$ 50 milhões. Essa informação faz parte do Plano-Piloto de Revitalização do São Francisco que o técnico e consultor da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) e da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplante) Joaquim Carlos Teixeira Riva apresentou ontem na comissão especial que discute a questão.

Elaborado com recursos do governo do estado da Bahia e da Agência Nacional de Águas — custou pouco mais de R\$ 1 milhão —, o plano também recomenda a utilização de R\$ 8 milhões para a recuperação do trecho Sobradinho-Juazeiro. O técnico explicou que deverão ser construídos espigões

(tubos de 22 metros de altura por dois de diâmetro), que ajudarão na lavagem do material acumulado no leito central do rio.

— Como já ocorreu com rios como o Mississipi e o Reno, o São Francisco tem plenas condições de ser recuperado — afirmou o consultor da Fundespa.

Durante a última audiência pública a ser realizada pela comissão, Riva ressaltou que o plano foi elaborado a partir do pressuposto de que a recuperação ambiental do São Francisco permitirá sua utilização de maneira mais ampla. Neste sentido, ele disse que, como uma espécie de subproduto dessa recuperação, poderá ser construída uma hidrovía por onde será transportada parte da produção agrícola do oeste da Bahia, que já se destaca como exportadora de frutas (Juazeiro e Petrolina) e de soja (Barreiras), entre outros.

O relator, Waldeck Ornélas (PFL-BA), ressaltou os estudos feitos pelos técnicos no que diz respei-



Ornélas (C) elogiou estudo técnico apresentado por Joaquim Riva (E) em audiência presidida por Paulo Souto (D)

to à situação do Rio São Francisco e disse que deverá apresentar seu relatório final no próximo dia 20. Na presidência dos trabalhos, o senador Paulo Souto (PFL-BA) elogiou o plano-piloto apresentado por Joaquim Carlos Riva. Ele disse que os levantamentos que foram realizados serviram para definir o trabalho a ser feito.

Waldeck Ornélas comunicou

que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou na terça-feira a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição que vincula recursos do Orçamento à revitalização do São Francisco. Agora, disse ele, será constituída uma comissão para apreciar o mérito da medida, que em seguida será levada a apreciação do Plenário da Câmara.



Roosevelt Pinheiro

Chico Sartori lembrou pleito que dirigiu ao ministro Pratini de Moraes, da Agricultura

### Combate à febre aftosa é destacado por Chico Sartori

Ao agradecer ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratini de Moraes, por ter determinado o início da vacinação do rebanho bovino de Rondônia, o senador Chico Sartori (PSDB-RO) registrou que a medida retirará o estado do ciclo de risco da febre aftosa. Ele lembrou que em abril deste ano havia feito, da tribuna do Senado e através de requerimento, um apelo no sentido de que o ministro autorizasse o início da vacinação.

— A nossa expectativa é que o rebanho bovino de Rondônia possa entrar na condição de área livre de vacinação e que não haja notícia de atividade viral nas amostras coletadas. Assim, a nossa atividade pecuarista poderá se restabelecer, fortalecendo a pecuária de corte e resgatando a capacidade do estado de exportar carne com osso — afirmou Chico Sartori.

Rondônia, segundo o senador, tornou-se o primeiro estado da Região Norte a conseguir avançar no controle da febre aftosa. Ele explicou que a conquista deve-se à consciência dos pecuaristas locais e ao esforço das autoridades públicas do setor. Levantamentos preliminares apontaram que a última etapa da vacinação contra a doença superou em 98% a etapa anterior, informou.

### Jucá aplaude ensino tecnológico de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou ontem a decisão do Ministério da Educação de transformar a Escola Técnica Federal de Roraima em Centro Federal de Ensino Tecnológico (Cefet). Ele lembrou que a escola foi criada durante seu governo no estado, a partir de iniciativa do senador Mazarildo Cavalcanti (PFL-RR). A expectativa, observou Jucá, é que a instituição possa ampliar o atendimento aos jovens de Roraima.

— É extremamente importante para o estado. A escola é referência de ensino e vai ampliar a capacitação de jovens que hoje procuram se aperfeiçoar — comentou o senador.

# Jefferson alerta contra reajuste de subsídios e renegociação de dívida

Para senador, aumento é inoportuno e renegociação só pode ser feita após reforma tributária. Ele advertiu que, se o presidente eleito ceder às pressões, estará comprometendo o seu governo

Ao analisar, em discurso feito ontem no Plenário, a atual conjuntura política brasileira, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou-se preocupado com dois movimentos que, segundo afirmou, crescem no país: a pressão dos governadores para que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, renegocie dívidas estaduais e a pressão de parlamentares por reajuste dos seus subsídios.

— Se o presidente Lula ceder a essas pressões, o governo dele acaba antes de começar — disse o senador, referindo-se aos estados que querem refinar suas dívidas. De acordo com Jefferson, a situação de alguns estados é difícil exatamente porque não fizeram o ajuste fiscal devido. Em sua opinião, os estados que agiram com responsabilidade fiscal estão hoje em situa-



Célio Azevedo

Jefferson Péres afirma que reajuste de salários deve ser para todos os servidores

ção folgada, ainda que com o peso da dívida.

O senador considerou falta de bom senso dos governadores não entenderem que essa renegociação, se ocorrer, só poderá ser feita depois da reforma tributária e com as contas públicas rigorosamente equilibradas.

Referindo-se à proposta de se

igualarem os vencimentos dos congressistas aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ele condenou o aumento que esses juízes se deram, elevando seus subsídios de R\$ 11 mil para R\$ 17 mil.

— É claro que os parlamentares estão com seus subsídios defasados. Eu, quando entrei nesta Casa, percebia R\$ 8 mil. Oito anos depois estou percebendo R\$ 8.250 brutos. Líquidos, menos de R\$ 6 mil. Oito anos, portanto, de congelamento efetivo. É claro que os parlamentares mais pobres, que vivem disso, estão passando dificuldade.

Jefferson Péres afirmou que, pela responsabilidade do cargo, a remuneração dos congressistas é muito baixa e chega a inviabilizar a sobrevivência daqueles que vivem exclusivamente dos subsídios e ainda têm com-

promissos com os partidos, com a renda mensal reduzida a até R\$ 3 mil.

O que ele condena é a inoprotunidade do movimento. Em sua opinião, o reajuste dos parlamentares só deveria acontecer no bojo de um reajuste geral dos servidores, principalmente daqueles que não tiveram reajuste algum.

— Um reajuste agora apenas dos parlamentares será um erro. Não me parece impróprio exemplificar com os ministros do STF. Eles erraram quando se atribuíram esse aumento. Deram péssimo exemplo à sociedade. Não são intocáveis. Eu os critico daqui, sim, com o devido respeito. Os maus exemplos não devem ser imitados. Nós merecemos reajuste sim, porém não devemos fazer isso isoladamente, porque um reajuste agora seria mal recebido. E isso não será bom para a instituição parlamentar.

## Suassuna elogia apoio do PMDB ao novo governo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) saudou a decisão tomada na terça-feira pelo seu partido, no sentido de apoiar o novo governo para garantir a governabilidade do país. Suassuna afirmou que todos, independentemente de partido, devem apoiar as reformas que o país necessita, como a tributária, a judiciária e a da Previdência, para alcançar a modernidade e o progresso. Ele lembrou que o país caiu mais uma vez no *ranking* das economias mundiais, passando a ocupar a 12ª posição, quando, em 1998, estava no oitavo lugar. Isso está ocorrendo, segundo o senador, porque o arcabouço legislativo do país “não é moderno o suficiente para enfrentar o mundo globalizado”.

Suassuna ressaltou que o



Roosevelt Pinheiro

Conforme Ney Suassuna, seu partido continua com o mesmo espírito de independência

PMDB continua com “o mesmo espírito de independência”, mas preocupado com a governabilidade, “não querendo fazer o que já foi feito algumas vezes na política brasileira: a oposição sistemática”. Ele classificou a decisão do PMDB como “um gesto de boa vontade e de confiança”.

## Freitas pede suspensão da venda do BEP e da Cepisa

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) pediu ontem ao governador eleito do Piauí, deputado Wellington Dias, que suspenda o processo de privatização do BEP, o banco do estado, e da Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

O parlamentar explicou que sempre foi a favor da privatização nos casos em que a iniciativa privada possa ocupar o papel antes desempenhado pelo Estado empresário. No entanto, acrescentou, há áreas em que pouco ou nada se pode esperar da privatização.

Como exemplo, apontou as ações que visam ao desenvolvimento regional, explicando que nenhuma empresa vai preferir investir em área pobre, de baixo poder aquisitivo, em vez de aplicar em região rica, com mais possibilidade de retorno. Lembrando que a Cepisa está com sua privatização determinada, o sena-



Roosevelt Pinheiro

Freitas Neto disse que nenhuma empresa vai investir em região pobre

dor afirmou que ela corre o risco de ser transferida à iniciativa privada justamente no momento em que mais necessário se faz o investimento com retorno social no Piauí.

Freitas Neto disse que seja quem for que controle a Cepisa fatalmente se verá diante do baixo retorno do capital investido e dificilmente terá lucros imediatos. Em sua opinião, a ampliação do atendimento, em especial na área rural, e a melhoria da qualidade dos serviços dificilmente poderão ser empreendidas pelo capital privado. “Não haveria retorno do capital e muito menos estímulo para que se proceda aos maços investimentos adicionais que se fazem necessários à população”, acrescentou.

O mesmo argumento foi apresentado pelo senador para pedir que não se privatize agora o BEP, cujo leilão foi marcado para 23 de dezembro.



Segundo Mozarildo, ministros da Agricultura e da Justiça podem ser convocados

## Mozarildo quer ouvir ministros sobre ONG

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relator da comissão parlamentar de inquérito que investiga a ação das organizações não-governamentais em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional (CPI das ONGs), renovou ontem o convite aos ministros da Agricultura, Pratini de Moraes, e da Justiça, Paulo de Tarso, para que compareçam ao colegiado na próxima terça-feira. Caso não venham, disse, serão convocados com base no artigo 58, parágrafo 2º, inciso III, da Constituição federal.

Os dois ministros deveriam depor ontem na CPI sobre a ação da ONG Focus on Sabbatical, que reúne 4,5 mil agricultores canadenses e norte-americanos, e que, segundo denúncias, estaria pagando a agricultores brasileiros US\$ 35 por acre de terra não plantado de soja.

— É um absurdo e inaceitável que estrangeiros interfiram no sistema produtivo brasileiro e comprometam a nossa balança comercial, nossa economia, nossa produção — afirmou Mozarildo Cavalcanti. A intenção da Focus seria, com a iniciativa, valorizar o preço internacional da soja, produto de exportação dos Estados Unidos.

Antes de encerrar a reunião da CPI de ontem, Mozarildo leu correspondência de junho deste ano, enviada por Pratini de Moraes, da Agricultura, ao então ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., pedindo apuração e providências contra a ação da ONG em território brasileiro. O presidente da CPI também leu discursos pronunciados em Plenário pelos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), denunciando a ação da Focus e pedindo providências ao governo federal.

# Emilia destaca importância do aleitamento materno

Conforme senadora, amamentação é fundamental para proteger a saúde do bebê e, a longo prazo, ajuda a mulher a evitar osteoporose e câncer

Ao registrar que desde 4 de novembro, até o dia 10, o Brasil está comemorando a Semana Mundial de Amamentação, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou que o aleitamento materno é fundamental para proteger, promover e apoiar a saúde dos bebês e crianças pequenas. Ela acrescentou que diversos estudos indicam que o leite materno possibilita o melhor desenvolvimento do cérebro infantil, melhora as condições fisiológicas em geral e é fator vital de prevenção de doenças.

— O aleitamento materno pode salvar a vida de mais de 1,5 milhão de bebês que morrem todos os anos de doenças simples como diarreia e pneumonia. Dentre os benefícios às mulheres, devemos destacar que a amamentação é a continuidade psicológica fundamental da gravidez e parto. A longo prazo, também ajuda a mãe a



Brasil está comemorando desde 4 de novembro a Semana Mundial de Amamentação, lembrou Emilia

evitar a osteoporose, bem como os cânceres de mama e ovário.

Anualmente, segundo a senadora, a Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (Waba) escolhe um tema a ser discutido em todo o planeta durante a Semana Mundial de Amamentação. O deste ano é “Amamentação:

mulheres e bebês saudáveis”. Os objetivos centrais da semana, informou Emilia, são reintroduzir a amamentação como parte integrante da saúde e do ciclo reprodutivo das mulheres e aumentar a consciência em relação aos direitos das mulheres às práticas humanas e não abusivas do parto.

Emilia registrou que o governo gaúcho firmou parceria com funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que, desde 2001, participam da Semana Mundial da Amamentação. Neste ano, 653 carteiros de 24 municípios gaúchos entregarão, durante o mês de novembro, material impresso educativo em todas as casas com gestantes ou mães de bebês. Os funcionários envolvidos na parceria foram capacitados por técnicos da Secretaria da Saúde do Estado.

## Campanha promove amamentação em 120 países

A Semana Mundial de Amamentação foi idealizada pela organização internacional World Alliance for Breastfeeding Action (Waba), uma rede de organizações que promove e apóia a amamentação. No Brasil ela recebe o nome de Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno. Desde 1992 a data é comemorada em cerca de 120 países, e a partir de 1999 passou a ser coor-

denada pelo Ministério da Saúde. Atualmente existem 232 hospitais, em 24 estados brasileiros, onde o aleitamento é incentivado. E há 161 bancos de leite humano funcionando em 25 estados brasileiros. Em dez estados, o projeto Bombeiros da Vida se encarrega de distribuir material educativo e recolher o leite materno para os bancos de leite.

Fonte: Ministério da Saúde

## Mauro propõe leite em pó para evitar o HIV

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu a aprovação do projeto de lei de sua autoria que inclui o fornecimento de leite em pó para os filhos de mães portadoras do vírus HIV. O pedido foi feito da tribuna, em discurso que ressaltou a Semana Mundial de Amamentação.

Mauro informou que o aleitamento materno por mães soropositivas aumenta o risco de transmissão do vírus para as crianças. Ele ressaltou que a epidemia de Aids cresce principalmente nas camadas mais pobres da população, que não têm recursos para comprar o leite que os bebês necessitam.

— Sem alternativa e diante do insistente choro de seus filhos, elas não pensam duas vezes: amamen-



Projeto de Mauro Miranda garante a distribuição do produto a filhos de mães portadoras do vírus

tam os bebês, mesmo sabendo dos riscos a que são submetidos.

O projeto, segundo o senador, modifica a legislação que trata da distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de Aids. A proposição determina que o leite em pó seja as-

segurado durante os dois primeiros anos de vida do bebê de mãe soropositiva.

A proposta estabelece que o Executivo, por meio do Ministério da Saúde, padronize os produtos a serem utilizados e as quantidades a serem fornecidas em cada caso. A iniciativa, segundo o senador, foi inspirada em reportagens na imprensa e informações passadas pelo grupo Pela Vida, de Goiás.

A Semana da Amamentação, disse, beneficiará no Brasil quase 3 milhões de crianças com menos de um ano. Para ele, o número deveria ser ainda maior, mas, mesmo assim, considerou “animador constatar grau de envolvimento de setores da sociedade” em favor do aleitamento materno.



Osmar Dias: proposta de sua autoria detalha os caminhos a serem seguidos pelas cooperativas

## Osmar cobra decisão sobre cooperativismo

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu a votação de projeto de lei sobre cooperativismo, de sua autoria e apresentado há três anos. Ele solicitou ao relator, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que apresente seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em que a matéria tramita em caráter terminativo, ou seja, a decisão final sobre a proposta será do colegiado, a não ser que haja requerimento para sua votação em Plenário.

Osmar Dias explicou que o primeiro relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), não apresentou o relatório alegando razões pessoais. Durante a tramitação, outros dois projetos sobre o assunto — apresentados pelos senadores José Fogaça (PPS-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) — foram anexados à sua proposta.

Dos três projetos, Osmar Dias afirmou que o dele é o mais apropriado e oportuno, “por ter sido escrito pelas cooperativas, dentro do espírito que as inspirou”. O texto também detalha, ressaltou, os caminhos a serem seguidos pelas cooperativas de produtores, de trabalho, médicas e prestadoras de serviço.

O parlamentar afirmou que, se seu projeto já tivesse sido aprovado, a Câmara dos Deputados não estaria agora discutindo a medida provisória (MP) que isenta as cooperativas do pagamento das alíquotas do PIS e da Cofins.

Caso o projeto não entre na pauta da CCJ, Osmar anunciou que vai solicitar que ele seja votado diretamente em Plenário.

## Velocidade máxima das motos deve ser de 110 km

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera três artigos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que tratam de veículos de duas e de três rodas.

Uma das mudanças inclui as motocicletas na velocidade máxima permitida nas rodovias de 110 quilômetros por hora. O CTB havia equiparado as motocicletas equivocadamente aos veículos "tradicionalmente lentos", como carretas e caminhões, com velocidade máxima autorizada de 80 quilômetros por hora, sendo que, segundo explicação do relator, a legislação mundial concede a elas tratamento igual ao dos automóveis.

A segunda modificação aceita pelo relator suprime a campanha e o espelho retrovisor dos equipa-



Projeto da Câmara dos Deputados foi relatado por Francelino Pereira

mentos que devem ser instalados obrigatoriamente nas bicicletas. Francelino concordou com a argumentação do autor do projeto na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), mostrando que esses equipamentos estão em desuso em todo o mundo.

A terceira alteração isenta os fabricantes ou importadores de bicicletas de fornecer, em caráter obrigatório, "manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e anexos do CTB", que representa um volume com cerca de 100 páginas e é dirigido para condutores de veículos automotores.

O relator rejeitou a instalação de equipamento que impede o deslocamento de veículos escolares e de transporte de passageiros com mais de dez lugares enquanto qualquer das portas estiver aberta.

## Ocupante de imóvel da União poderá pagar taxa menor

A redução das taxas cobradas dos ocupantes de imóveis da União foi aprovada ontem em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O projeto de lei, de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), diminui a



Ricardo Santos propôs adoção de alíquota única de um por cento

cobrança do foro dos atuais 0,6% para 0,3% do chamado "valor do respectivo domínio pleno". Além disso, unifica a taxa de ocupação dos terrenos da União em 1% (hoje com alíquotas diferenciadas de 1%, 2% e 5%) e reduz de 5% para 1% o laudêmio recolhido na transferência do domínio útil dos imóveis, quando realizada entre pessoas vivas, e sobre as benfeitorias construídas nesses terrenos.

Os integrantes da CCJ rejeitaram emenda do senador Amir Lando (PMDB-RO) que isentava os ocupantes de baixa renda do pagamento dessas taxas. Segundo Ricardo Santos, o decreto presi-

dencial nº 1.466/95 já exclui da obrigatoriedade de recolhimento dessas taxas as famílias carentes. O senador Amir Lando observou que um decreto, "na hierarquia das leis", não tem a mesma força para isentar de cobrança de taxas que uma lei ordinária.

Durante a reunião, os senadores voltaram a discutir se a tramitação do projeto de Ricardo Santos deveria ocorrer em separado ou junto com a proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que extingue os chamados terrenos de marinha. Ficou decidida a tramitação em separado das duas propostas.

O relator da PEC, senador Osmar Dias (PDT-PR), aceitou ponderação de Ricardo Santos de que a emenda, se aprovada, condicionará a aplicação das mudanças legais contidas no seu projeto.

## Projeto facilita punição para trabalho escravo

Proposta aprovada pela Comissão de Justiça específica com mais clareza as situações que podem caracterizar escravidão disfarçada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação terminativa, projeto de lei que especifica as situações em que trabalhadores são submetidos a condição semelhante à de escravos. Ao mudar o artigo 149 do Código Penal, o projeto facilita a caracterização do crime, permitindo que policiais e fiscais do trabalho forneçam ao Ministério Público e à Justiça elementos indispensáveis à acusação e posterior punição dos responsáveis.

A proposta será enviada diretamente para o exame da Câmara, caso não seja apresentado recurso para sua votação pelo Plenário do Senado.

O artigo 149 diz apenas que "reduzir alguém a condição análoga à de escravo" é um crime a ser punido com pena de dois a oito anos de reclusão. O texto aprovado deixa bem mais claro o que significa a escravidão disfarçada em relação de trabalho formal ou informal: submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva; sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho; ou impedir que vá embora com o argumento de que contraiu dívida com o empregador ou preposto.

O substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE), apresentado ao projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), mantém a reclusão de dois a oito anos, mas acrescenta multa, além de pena a ser aplicada conforme o



A discussão da matéria, que altera o art. 149 do Código Penal, foi o destaque da reunião de ontem da CCJ, presidida por Bernardo Cabral

tipo de violência usada para restringir a liberdade do trabalhador. Também ficam sujeitos a condenação os que impedirem ou dificultarem o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o objetivo de retê-lo no local de trabalho; mantiverem vigilância ostensiva no local de trabalho; ou se apoderarem de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, para não deixá-lo sair do local de trabalho.

### CRIANÇA

A pena, estabelece o projeto, será aumentada da metade se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Assim, o responsável por escravizar uma criança poderá receber pena de 12 anos de prisão, multa, mais a punição pelos atos violentos cometidos contra a criança.

Na discussão da matéria, o senador Waldeck Ornélas lamentou que 25 mil pessoas, segundo estimativa da Comissão Pastoral da

Terra (CPT), ainda sejam submetidas no Brasil a condição análoga à de trabalho escravo.

Entre as inovações do texto substitutivo, que será submetido a votação em turno suplementar na comissão, está a de aumento da pena para crime cometido por motivo de preconceito.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) recordou que, na época em que dirigia a Polícia Federal, as ações de combate ao trabalho escravo esbarravam na dificuldade de enquadramento dos acusados no Código Penal. Com a mudança promovida no código pelo projeto, afirmou, o trabalho dos policiais poderá ser mais eficaz.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) classificou os episódios de trabalho escravo como "um entulho dos tempos da escravidão que a sociedade precisa remover". O senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou a proposta e disse considerar triste que "a realidade brasileira ainda imponha a aprovação de um projeto como este".

## CCJ aceita normas mais rígidas sobre concursos

Projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que disciplina a realização de concursos públicos foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com a proposta, que recebeu parecer favorável do relator, Bello Parga (PFL-MA), os concursos serão regidos pelos princípios de publicidade, competitividade e seletividade.

Na opinião de Bello Parga, o projeto "traduz-se em importante avanço no sentido da consolidação, em todas as unidades da Federação, dos princípios constitucionais que devem reger a ad-

ministração pública".

O edital de cada concurso, estabelece a proposta, deverá ser redigido de forma clara e objetiva. Conterá, entre outros itens, identificação da banca realizadora e do órgão que o promove, denominação do cargo e seus vencimentos, nível de escolaridade exigido e critérios de pontuação de cada prova. Os aprovados no número de vagas oferecido pelo edital só poderão ter a sua posse recusada mediante justificativa oficial, publicada em veículo oficial e na imprensa.

O relator deu parecer favorável



Projeto aprovado pela Comissão de Justiça é de iniciativa de Jorge Bornhausen

a emenda que garante ao candidato portador de deficiência inscrito em concurso público igualdade de condições com os demais candidatos, especialmente no que se refere ao conteúdo das provas, aos critérios de avaliação e aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

# Atividades de inteligência devem assegurar a democracia, diz Tebet

Para o presidente do Senado, redirecionamento dos objetivos da Agência Brasileira de Inteligência tem sido principal desafio do setor frente às novas expectativas da sociedade

Ao abrir o seminário “Atividades de Inteligência no Brasil – Contribuições para a Soberania e a Democracia”, ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou que o momento é apropriado para discutir o tema, pois o país acaba de demonstrar, pela eficiência de seu processo eleitoral, que possui uma democracia consolidada.

– E é a serviço da democracia, do estado democrático de direito, de sua proteção e segurança, que se quer estejam as atividades de inteligência no Brasil – acrescentou o senador.

Na opinião de Tebet, a mudança do cenário político nos últimos 17 anos – depois de encerrado o período de regime autoritário (1964 a 1985) – provocou uma transformação significativa na visão do que a sociedade espera da atividade de inteligência.

– Até o advento da democracia, a atividade de inteligência a cargo do Executivo tinha como inspiração e diretriz a chamada

“doutrina de segurança nacional”. Foi a época do Serviço Nacional de Informações (SNI). Hoje o quadro é outro. Se, antes, o SNI devia atuar contra os que ameaçavam o regime autoritário, agora a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deve auxiliar a segurança de um Estado livre e democrático, submetido às leis que o constituem, bem como a segurança da sociedade da qual emanaram essas leis – disse Tebet, para quem o redirecionamento dos objetivos das atividades de inteligência é o principal desafio do setor.

Segundo o presidente do Senado, constam agora da pauta de atuação da Abin temas das áreas econômica e tecnológica, como a contra-espionagem industrial e institucional em relação a órgãos e agências que lidam com compras e licitações, exercidas em favor da manutenção do sigilo e da operacionalidade de processos de decisão estratégica do Estado e das empresas brasileiras.

Inserem-se também no contex-



Tebet, ao abrir ontem seminário “Atividades de Inteligência no Brasil”, destacou a importância do tema no atual momento do país

to da atuação legal da Abin, conforme observou Tebet, o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao comércio internacional de armas.

– Essa iniciativa representa uma pedra que colocamos na fundação do edifício da liberdade, pois se discutem mecanismos legais para a defesa do estado democrático de direito – afirmou o senador, tecendo elogios ao seminário e a seus participantes.

## Autoridades prestigiam abertura do seminário

O Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, ficou lotado ontem, primeiro dia do seminário intitulado “Atividades de Inteligência no Brasil – Contribuições para a Soberania e a Democracia”. Na abertura do evento, estavam presentes o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, os três comandantes das Forças Armadas: da Marinha, Sérgio Chagasteles, do Exército, Gleuber Vieira, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista; a corregedora-geral da União, Anadyr Figueiredo, e a diretora da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Marisa

Del'Isola e Diniz.

O seminário prossegue hoje e foi dividido em sete painéis que abordam os temas defesa nacional, inteligência militar, democracia, profissionalização da atividade, controle parlamentar, interesses nacionais e prevenção do crime organizado.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) participam das mesas de debate do segundo dia do evento. Ainda estarão presentes, como palestrantes, especialistas da Argentina, do Chile, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, além de representantes do Banco Central, da Receita Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil e de universidades brasileiras.

## Mozarildo quer que Senado decida sobre terras indígenas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) instou o Senado, ontem, a aprovar proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria para submeter à deliberação da Casa as demarcações de terras indígenas e reservas ecológicas

propostas pelo Executivo. O objetivo, de acordo com o senador, é colocar ordem na atual “bagunça de reservas de todo o tipo, que, somadas, atingem 60% do território nacional”. A votação da PEC está prevista para o dia 12 de dezembro, em primeiro turno.

O Senado, por representar os estados da Federação, é o órgão ideal para examinar e aprovar a destinação de terras indígenas, re-



Mozarildo defende mudança de enfoque de “proibir isto e aquilo”

servas extrativistas e florestais, porque são os estados que perdem receita e ficam impossibilitados de se desenvolver, argumentou Mozarildo. “Roraima, por exemplo, tem 57% de suas terras demarcadas para reservas indígenas”, observou.

Para ele, está na hora de mudar o eixo das discussões sobre a Amazônia, passando do atual enfoque de “proibir isto e aquilo” para uma fase propositiva, que leve em consideração os direitos dos amazônidas de desenvolver sua terra e melhorar seu padrão de vida. Ele lembrou que o PT, em seu programa de governo, afirma que procurará definir diretrizes sobre o que “se pode e se deve fazer na região”.

## Deficientes visuais ganham livros em braile

O estande do Senado na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre promoveu, na terça-feira, a entrega de uma coleção das obras editadas em braile pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) ao presidente da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, Lourenço da Luz Santos.

A associação foi criada em 1967 e possui cerca de 700 associados. Lourenço, que é deficiente visual, elogiou a iniciativa do Senado de facilitar o acesso dos cegos a leis importantes. Entre os livros entregues estão a Constituição de 1988 atualizada, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Doação de Órgãos.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lança dois livros na feira de Porto Alegre, no dia 14 de novembro, quando promove uma sessão de autógrafos. Um dos livros, *Anos de Transição*, reúne discursos feitos pelo senador na época da abertura democrática. Nos textos, Simon analisa a luta dos democratas contra o autoritarismo.

## Sérgio Zambiasi, senador eleito, recebe publicações

Representantes da Comissão Especial de Feiras de Livros visitaram na terça-feira o senador eleito pelo Rio Grande do Sul e presidente da Assembleia Legislativa do estado, Sérgio Zambiasi (PTB). Na ocasião, o diretor da Secretaria de Informação e Documentação do Senado e coordenador da comissão, Paulo Afonso Lustosa Oliveira, e o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Pedrosa, convidaram o senador eleito a visitar o estande da Casa na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Zambiasi recebeu publicações do Senado, como os livros *Conselho aos Governantes* e *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste Saint-Hilaire, e exemplares da Constituição de 1988 atualizada. “Fico satisfeito em tomar contato com esse material rico, que serve como fonte de pesquisa”, afirmou Zambiasi, que, como os demais senadores eleitos, toma posse em fevereiro de 2003.